

Bancada dos cassinos joga alto nas folgas

BRASÍLIA — Toda noite em que os trabalhos da Constituinte terminam mais cedo, os deputados Narciso Mendes (PDS-AC), Leur Lomanto (PFL-BA), Francisco Diógenes (PDS-AC), Assis Canuto (PFL-RO), Henrique Alves (PMDB-RN) e Maurício Nasser (PMDB-PR) se reúnem na casa do deputado Pedro Ceolim (PFL-ES), para divertidas partidas de pôquer, com apostas até CZ\$ 100 mil. Numa dessas noites, Diógenes perdeu CZ\$ 800 mil, mas na casa do deputado Amaral Neto (PDS-RJ), onde jogava o senador Antônio Farias, morto há menos de um mês, perde-se e ganha-se mais, pois ali as apostas chegam a CZ\$ 1 milhão.



Esses constituintes, e muitos outros, integram a *bancada do pano verde*, um grupo que torce pela legalização do jogo no Brasil — a ser votada esta semana na Constituinte — e que, sempre que pode, vai jogar no exterior. Na Semana Santa, contam Francisco Diógenes e Leur Lomanto, foram para Aruba eles dois mais Amaral Neto, Pedro Ceolim, Henrique Alves, Sarney Filho (PFL-MA), Assis Canuto, Albérico Filho (PMDB-MA), Flávio Rocha (PFL-RN) e José Camargo (PFL-SP). Ceolim perdeu 1 mil 500 dólares, enquanto Diógenes ganhou 4 mil, mas na verdade ninguém voltou se queixando de ter perdido muito dinheiro, ou comemorando vultosos ganhos.

Ética — O deputado Amaral Neto é um dos poucos que não se preocupa em esconder essa mania dos eleitores. “Eu jogo, e o meu eleitorado nunca se importou com isso; mas eu não digo quem joga na minha casa. Há uma ética do jogador. Não se diz quem joga, quem perde, quem ganha, nem quanto se ganha”, ensina ele, lembrando que há muito homem que *joga e a mulher não pode saber*. Professor no assunto, Amaral ensina ainda que o jogador é sempre “um homem honesto, mão aberta, bom pagador e, acima de tudo, ético”.

Ele não nega que foi por ser conhecido como jogador que Carlos Lacerda vetou sua candidatura para sucedê-lo no governo da Guanabara. “Exatamente por isso, eu não me lanço mais a nenhum cargo majoritário”, avisa o parlamentar.

Pedro Ceolim se declara um dos mais fanáticos defensores da emenda Aloysio Teixeira (PMDB-RJ) que, prevista para ser votada na próxima semana, libera o jogo no Brasil. Ceolim, ansioso para abrir cassinos em seus dois hotéis no Espírito Santo, acha também imprescindível a abertura de um cassino em Brasília. “A capital precisa ter cassino, até para segurar os parlamentares aqui. A maioria que diz que viaja para fazer turismo, na verdade vai é jogar no exterior”, afirma ele.

Indignação — Dono do *Copacabana Praia Hotel*, no Rio, o deputado Aloysio Teixeira concorda e fica indignado com “a saída de jatos de Brasília, cheios de parlamentares, para Aruba e outros lugares famosos, provocando uma evasão de mais de 500 milhões de dólares, por ano”. Ele estima que jogadores

brasileiros são responsáveis por 10% do movimento de apostas em Atlantic City.

“Na hora que se legalizar o jogo no Brasil, esses aviões podem até continuar a sair cheios, mas será com crianças para a Disneyworld”, prevê o parlamentar. Ele conta que o Brasil entra com 90% dos lucros dos cassinos do Paraguai, Uruguai, Argentina e Aruba. “Entre o dinheiro que vai deixar de sair para esses cassinos, é o que vai entrar, do turista estrangeiro, o Brasil lucrará um bilhão de dólares ao ano. E isso significa 10% do saldo da nossa balança comercial”.

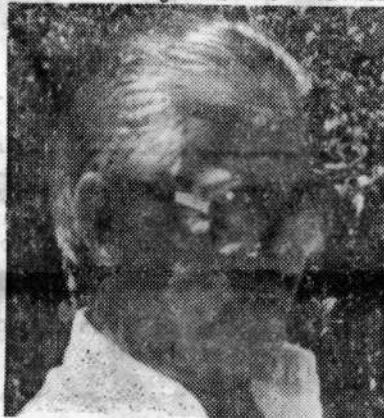
Amaral Neto também apresenta números sobre o assunto: “De 10 dólares que o turista estrangeiro traz para o Brasil, 7 ele reserva para jogar no Paraguai ou na Argentina.”

Exceção — Admitindo ser conhecido como jogador em Ponta Grossa, o deputado Jovani Masini (PMDB-PR) diz que isso nunca o prejudicou junto ao eleitorado. Ele considera o jogo um exercício lúdico, e avisa que também nunca prejudicou ninguém com esse divertimento. Como bom jogador, Masini ensina aos iniciantes que, no cassino, toda as probabilidades são matematicamente favoráveis aos proprietários da casa. “O cassino tem um cálculo atuarial previsto para ganhar. Os lucros dos jogadores só confirmam a exceção da regra. É uma forma de capitalismo sem risco”. Jovani Masini diz que não tem tido tempo para jogar em Brasília. E informa que joga pouco, algo em torno de Cz\$ 20 mil por rodada.

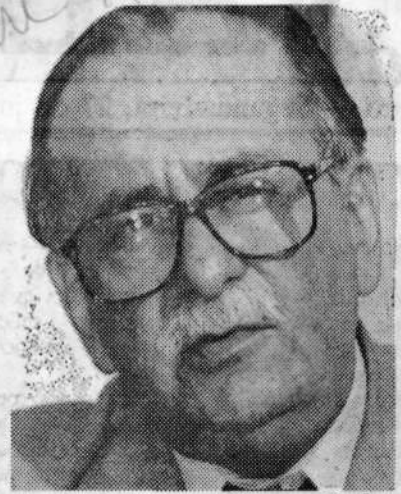
Também apontados como integrantes da *bancada do pano verde*, os deputados Maurício Nasser e Ézio Ferreira (PFL-AM) dizem que há muito tempo não jogam. “Conheço todos os cassinos famosos do mundo, mas há muito tempo não sento a uma mesa de jogo” diz Ézio, acrescentando que os constituintes que vão à sua casa, no Lago Sul, às quintas-feiras, vão para uma simples partida de futebol. Nasser conta, contrariado, que, usou cruzados para jogar no cassino de Porto Stroessner, e teve de receber em guaranis.

Mas o *pano verde* também tem inimigos radicais na Constituinte. O deputado Fernando Santana (PCB-BA) lembra palavras de seu pai: “Não negocio com jogador ou alcoólatra”. E completa: “Quem joga e bebe não tem controle sobre o dinheiro, dele e dos outros”.

Agustinho Filho — 15/11/82



Ceolim: fanático por jogo



Aparecido: até 90 ou 91?

Constituinte decide mandato de Aparecido

BRASÍLIA — Depois de ter aprovado um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, a Constituinte pode lhe dar mais um presente, incluindo no Ato das Disposições Transitórias da futura Constituição uma fórmula que possibilite a permanência de José Aparecido de Oliveira, seu compadre e governador do Distrito Federal, no Palácio do Buriti até janeiro de 1991, quando o certo seria sua saída em 15 de março de 1990, junto com o presidente.

Nos vinte e oito anos de história de Brasília, o governador sempre foi indicado pelo presidente. Assim, a administração de Aparecido termina, oficialmente, em março de 1990 com a posse do sucessor de Sarney. Mas a primeira eleição direta para o governo do Distrito Federal foi marcada pelos constituintes para 15 de novembro de 1990 e a posse em 1º de janeiro de 1991. Há, portanto, uma espécie de *buraco negro*, um hiato de nove meses e quinze dias entre o fim do governo biônico no Distrito Federal e o início do eleito pelas urnas.

A Constituinte se omitiu sobre este intervalo. No segundo turno de votação, uma solução pode ser aprovada. “Foi um cochilo”, admitiu a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF). Até agora, a bancada do DF não chegou a um consenso, mas uma proposta vem ganhando força: 45 dias após a promulgação da nova Constituição, Sarney indicaria à apreciação do Senado um nome para governar até 1991.

Dúvidas — Aparecido seria a indicação natural, embora o governo não conte com a maioria dos votos no Senado. “Sarney pode querer testar sua força, confrontando-se com os senadores”, disse o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF). “Biônico por biônico, é melhor o Aparecido”, afirmou Abadia. Esta solução é bem aceita, mesmo que disfarçadamente, pela maioria da bancada, porque a alternativa número dois é permitir que o sucessor de Sarney indique um governador interino.

“Esta proposta já foi descartada pela bancada”, explicou o senador Maurício de Corra (PDT-DF), que sugeriu esta solução, contando com uma possível vitória do Leonel Brizola na corrida presidencial e a indicação de um correligionário de seu partido como interino.